

E VINTE UM REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS) por terem se deslocado do município de Cametá-PA para o município de Mocajuba-PA na região de integração do Tocantins, com diárias dentro do Estado do Pará, no período 27 a 28 de abril de 2025, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 1202539

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N.º 33/2025-DGPC/DA/FISCAL

Belém-PA, 21 de Maio de 2025

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, Delegado RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 8º da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994

CONSIDERANDO: o disposto no Art. 8º, inciso I, da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará), que atribui ao Delegado-Geral a competência administrativa para dirigir, gerir, representar e exercer os demais atos necessários à eficaz administração da Polícia Civil do Estado;

CONSIDERANDO: a recomendação da Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE-PA), no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: o Decreto Estadual, de 01 de Abril de 2025, publicado no DOE Nº 36.183, de 02 de abril de 2025.

RESOLVE:

I – REVOGAR os termos da PORTARIA nº 012/2025 – DGPC/DA/FISCAL, de 21/02/2025 que designou o servidor TIAGO BARRETO DA ROCHA BELIENY, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 5913989/1, para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 026/2024–PCE/PA, firmado com a empresa PARÁ 2000, e no seu impedimento o servidor YURI NASCIMENTO VILANOVA, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 57190222/2.

II - DESIGNAR nos termos da Lei nº 14.133/21 o servidor RICARDO OLIVEIRA DO ROSÁRIO, Delegado da Polícia Civil , matrícula nº 80845034/3 para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 026/2024–PC/PA, firmado com a Empresa PARÁ 2000, CNPJ nº 03.584.058/0001-18 cujo objeto é a locação de imóvel, compreendendo 2 (duas) salas no Mezanino Armazém 2, no Complexo Estação das Docas, sendo destinado para atividades operacionais da Polícia Civil do Estado do Pará, e no seu impedimento o servidor YURI NASCIMENTO VILANOVA, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 57190222/2, que assistirá o referido contrato com as mesmas atribuições, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, desde o início até o término da vigência contratual.

III – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;

h) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IV – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Delegado RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 1202362

PORTARIA N.º 34/2025-DGPC/DA/FISCAL

Belém-PA, 21 de Maio de 2025

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, Delegado RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 8º da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994

CONSIDERANDO: o disposto no Art. 8º, inciso I, da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará), que atribui ao Delegado-Geral a competência administrativa para dirigir, gerir, representar e exercer os demais atos necessários à eficaz administração da Polícia Civil do Estado;

CONSIDERANDO: a recomendação da Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE-PA), no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: o Decreto Estadual, de 01 de Abril de 2025, publicado no DOE Nº 36.183, de 02 de abril de 2025.

RESOLVE:

I – REVOGAR os termos da PORTARIA nº 004/2025 – DGPC/DIVERSOS, de 28/01/2025 que designou o servidor TIAGO BARRETO DA ROCHA BELIENY, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 5913989/1, para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 021/2019–PCE/PA, firmado com a empresa MEDEIROS F5 HOLDING INVESTIMENTOS LTDA, e no seu impedimento o servidor YURI NASCIMENTO VILANOVA, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 57190222/2.

II - DESIGNAR nos termos da Lei nº 14.133/21 o servidor RICARDO OLIVEIRA DO ROSÁRIO, Delegado da Polícia Civil , matrícula nº 80845034/3 para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 021/2019–PC/PA, firmado com a empresa MEDEIROS F5 HOLDING INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 33.962.455/0001-47 cujo objeto é a locação de 01 (um) imóvel para fim não residencial, localizado na Avenida Senador Lemos, nº 1055, bairro do Umarizal, o qual abrigará a Seccional Urbana da Sacramento e a Custódia de Policiais Civis em Restrição de Liberdade, e no seu impedimento o servidor YURI NASCIMENTO VILANOVA, Delegado da Polícia Civil, matrícula nº 57190222/2, que assistirá o referido contrato com as mesmas atribuições, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, desde o início até o término da vigência contratual.

III – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

c) determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

d) rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;

e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

g) atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;

h) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IV – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Delegado RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 1202375

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO/DEDUTIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 3. Contrato: 354/2022-PC/PA. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará. CNPJ nº 00.368.105/0001-06. M. I. MONTREAL INFORMÁTICA S. A. CNPJ nº 42.563.692/0011-06. Data da Assinatura: 26/05/2025. Classificação do Objeto: redução de 25% ao valor do contrato. Vigência: da assinatura até 18/06/2025. Valor da redução: R\$ 957.853,74. Estadual. Processo nº 2025/2069887. Contratado: M. I. MONTREAL INFORMÁTICA S. A. Endereço: Rodovia Augusto Montenegro, km 4300, sala 1101 a 1109, Torre Sul, Parque Verde, Cep: 666.35-110, Belém/PA. Ordenador: Delegado Raimundo Benassuly Maués Junior. Delegado Geral da Polícia Civil/PA. Republicado por ter saído com incorreção no DOE nº 36.241 de 27 de maio de 2025.

Protocolo: 1202401

OUTRAS MATÉRIAS

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

ÓRGÃO: POLÍCIA CIVIL

MODALIDADE DE ADMISSÃO: Contrato Temporário

ATO: Prorrogação de Contrato

PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL DE CONTRATO TEMPORÁRIO, AUTORIZADA EM 09/05/2025, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº E-2025/2409319.

ADMISSÃO: 04/03/2022

TÉRMINO DE VÍNCULO: 31/12/2025

ADMITIDOS:

NOME DO SERVIDOR	CARGO DO SERVIDOR	OBSERVAÇÃO
ANA ANGÉLICA GONÇALVES NETA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 021/2022 -PCPA

Ordenador: RAIMUNDO BENASSULY MAUES JÚNIOR

Delegado- Geral da Polícia Civil

Protocolo: 1202524

PORTARIA N.º 270/2025-AAI/INSTAURAÇÃO/DD/CG/PC-PA de 20/05/2025

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar o que foi noticiado no “OFÍCIO nº 2025/236 DH - PCPA” (Divisão de Homicídios), de 12/05/2025, e demais fatos conexos, que deu ensejo ao PAE 2025/2651939, conforme documentação anexada;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o seu completo esclarecimento;